



REQUERIMENTO PARA APROVAÇÃO DE PROJETO SIMPLIFICADO

O PROPRIETÁRIO ABAIXO SOLICITA: ALVARÁ CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DE PROJETO
NOS TERMOS DO **DECRETO Nº 1.020/2013 e PORTARIA SMU Nº 15/2020**

TODOS OS CAMPOS SÃO DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

USO DA EDIFICAÇÃO (conforme anexo I da portaria 80/13):

PROPRIETÁRIO:

CPF | CNPJ:

E-MAIL DO PROPRIETÁRIO:

TELEFONE DO PROPRIETÁRIO:

ENDEREÇO DA OBRA:

INDICAÇÃO FISCAL:

BAIRRO OU VILA:

NOME DO AUTOR DO PROJETO:

ARQUITETO ENGENHEIRO CIVIL

REGISTRO Nº: CAU CREA

E-MAIL DO AUTOR DO PROJETO:

TELEFONE DO AUTOR DO PROJETO:

NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:

ARQUITETO ENGENHEIRO CIVIL

REGISTRO Nº: CAU CREA

SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DE ALVARÁ:

NÃO SE APLICA

DOCUMENTOS
OBRIGATÓRIOS

- 1 - REQUERIMENTO ASSINADO PELO(S) PROPRIETÁRIO(S)
- 2 - TERMOS DE RESPONSABILIDADE PREENCHIDOS E ASSINADOS (2ª, 3ª e 4ª FOLHAS DESTE REQUERIMENTO)
- 3 - GUIA AMARELA ATUALIZADA PARA FINS DE CONSTRUÇÃO DO(S) LOTE(S) COM VALIDADE 180 DIAS
- 4 - MATRÍCULA DO REGISTRO DE IMÓVEIS COM VALIDADE DE 90 DIAS
- 5 - DOCUMENTOS CONFORME ART. 3º DA PORTARIA SMU Nº 6/2016 EM CASO DE PROPRIETÁRIO PESSOA JURÍDICA
- 6 - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E ART|RRT|TRT QUITADA PARA OS CASOS PREVISTOS NO ANEXO II DA PORTARIA Nº 80/2013
- 7 - ART|RRT|TRT QUITADA REFERENTE AO PROJETO ARQUITETÔNICO E EXECUÇÃO DE OBRA
- 8 - PROJETO SIMPLIFICADO ATENDENDO O ANEXO I DA PORTARIA Nº 15/2020 E ANEXO I DA PORTARIA Nº 80/2013 CONFORME O USO DA EDIFICAÇÃO A SER APROVADA

Obs.: poderão ser solicitados outros documentos após a primeira análise.

CURITIBA, ____ DE _____ DE _____.

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO

PROCOLE-SE EM ____/____/____

DEFERIDO EM ____/____/____

A PRIMEIRA ANÁLISE SERÁ EFETUADA APÓS A QUITAÇÃO DA GUIA DE RECOLHIMENTO CORRESPONDENTE.

O PRAZO MÁXIMO PARA RETORNO VIA E-MAIL APÓS AS ANÁLISES É DE 90 DIAS.

SERÃO TOLERADAS ATÉ 3 ANÁLISES POR PROTOCOLO.

A ENTRADA DO PROTOCOLO EM MEIO FÍSICO SERÁ AUTORIZADA PELA EQUIPE TÉCNICA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO LOTE APENAS APÓS O ATENDIMENTO DE TODAS AS PENDÊNCIAS DO PROCESSO.

SAAP Nº: _____

CONSULTA Nº:

Observações (para uso interno da PMC):

Cancelamento Ação Fiscal Regional de Abrangência GD

TERMOS DE RESPONSABILIDADE

PARA CONSTRUÇÕES

OBRIGATÓRIOS

- 1) A correta demarcação do alinhamento predial é de nossa responsabilidade.
- 2) Informar quanto à existência de árvores, conforme Leis nº 9.806/2000 e 14.589/2015:
 Não existem árvores no passeio em frente ao lote, nem mesmo dentro do lote / sublote (Art. 1º e 3º da Lei nº14.589/2015)
 Possui árvores apenas no passeio, mas não serão atingidas pela obra (Art. 3º da Lei nº14.589/2015)
 Possui árvores no interior do lote (ou sublote) e/ou haverá necessidade de cortes de árvores atingidas, devendo o PROJETO SER VISTADO na Secretaria Municipal do Meio Ambiente | SMMA
- 3) Informar o destino do esgoto da edificação:
 Rede pública de coleta
 Sistema individual de tratamento de esgoto a ser executado sob responsabilidade dos abaixo assinados e de acordo com as Normas Técnicas pertinentes.

QUANTO AO USO E CONSERVAÇÃO RACIONAL DA ÁGUA NAS EDIFICAÇÕES

Declaramos que o projeto de INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS da edificação, bem como sua execução atenderá integralmente às exigências do Decreto nº 293/2006, que regulamenta a Lei nº 10.785/2003 e dispõe sobre os critérios do uso e conservação racional da água nas edificações e dá outras providências.

AUTOR DO PROJETO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CIÊNCIA DO PROPRIETÁRIO

QUANTO ÀS EXIGÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS

OBS.: dispensada a assinatura deste termo para os usos de habitação unifamiliar, habitação unifamiliar em série, comércios e serviço até 200 m² e residências em condomínios.

NÃO SE APLICA

Declaramos, para fins de obtenção do alvará, que a edificação será licenciada junto ao CORPO DE BOMBEIROS, e que para a expedição do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras – CVCO será apresentado o Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros para este fim.

AUTOR DO PROJETO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CIÊNCIA DO PROPRIETÁRIO

QUANTO AO MECANISMO DE CONTENÇÃO DE CHEIAS

OBS.: dispensada a assinatura deste termo para projetos que atendam a taxa de permeabilidade mínima exigida (apenas para zoneamentos em que a taxa de permeabilidade = 25%)

NÃO SE APLICA

Declaramos que estamos cientes que a obra de DRENAGEM SUPERFICIAL E/OU RESERVATÓRIO DE RETENÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS será licenciada junto à Secretaria Municipal de Obras Públicas – SMOP, conforme Decreto nº 176/2007 e normas técnicas vigentes, sendo que a viabilidade técnica do mesmo, bem como a sua compatibilidade com o projeto aprovado por este alvará é de minha responsabilidade e do responsável técnico, e que para a expedição do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras – CVCO será apresentado o Termo de Execução aprovado pela SMOP para este fim.

AUTOR DO PROJETO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CIÊNCIA DO PROPRIETÁRIO

QUANTO ÀS DAS EXIGÊNCIAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

OBS.: dispensada a assinatura deste termo para os usos de habitação unifamiliar, habitação unifamiliar em série, habitação coletiva e conjuntos habitacionais.

NÃO SE APLICA

Declaramos, para fins de obtenção do alvará, que em caso de desenvolvimento de atividade econômica de interesse à saúde (conforme Resolução SMS 01/2018 ou outra que venha a substituí-la), o projeto arquitetônico – PROJEVISA deverá ser aprovado junto à Secretaria Municipal da Saúde – SMS para a emissão do alvará de funcionamento e respeitará os parâmetros urbanísticos relevantes em compatibilidade com o projeto simplificado aqui apresentado

AUTOR DO PROJETO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CIÊNCIA DO PROPRIETÁRIO

TERMOS DE COMPROMISSO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRA

Na condição de Proprietário DECLARO, para todos os fins, que: 1) o PROJETO SIMPLIFICADO apresentado pelo autor do projeto foi por mim AUTORIZADO E VALIDADO e está sendo aprovado apenas em relação à legislação de zoneamento, uso e ocupação do solo e aos PARÂMETROS URBANÍSTICOS RELEVANTES, estabelecidos na legislação vigente; 2) os COMPARTIMENTOS INTERNOS DA EDIFICAÇÃO, embora não detalhados no processo de licenciamento, serão destinados para o uso aprovado considerando sua finalidade lógica, decorrente da disposição em planta, conforme disposto no Art. 156 do Código de Posturas Municipal (Lei nº 11.095/2004). Estou ciente que a aprovação não isenta da elaboração do projeto arquitetônico completo, dos projetos complementares e da necessidade de compatibilização entre eles.

Na condição de Autor do Projeto DECLARO, para todos os fins, que: 1) o PROJETO SIMPLIFICADO apresentado foi AUTORIZADO E VALIDADO pelo proprietário e está sendo aprovado apenas em relação à legislação de zoneamento, uso e ocupação do solo e aos PARÂMETROS URBANÍSTICOS RELEVANTES, estabelecidos na legislação vigente; 2) o projeto atende todas as exigências das legislações municipal, estadual, federal e normas técnicas brasileiras, e assumo toda a responsabilidade PELA SUA ELABORAÇÃO, inclusive quanto à segurança, quanto às normas relativas ao direito de vizinhança, o que inclui os afastamentos das divisas bem como demais responsabilidades decorrentes do cumprimento das legislações vigentes; 3) os COMPARTIMENTOS INTERNOS DA EDIFICAÇÃO, embora não detalhados no processo de licenciamento, serão destinados para o uso aprovado considerando sua finalidade lógica, decorrente da disposição em planta, conforme disposto no Art. 156 do Código de Posturas Municipal (Lei nº 11.095/2004). Estou ciente que a aprovação não isenta da elaboração do projeto arquitetônico completo, dos projetos complementares e da necessidade de compatibilização entre eles.

Na condição de Responsável Técnico pela execução da obra DECLARO, para todos os fins, que: 1) o PROJETO SIMPLIFICADO será compatibilizado com os demais projetos necessários e será executado respeitando a legislação de zoneamento, uso e ocupação do solo e aos PARÂMETROS URBANÍSTICOS RELEVANTES, estabelecidos na legislação vigente; 2) a obra será executada de acordo com o projeto aprovado, observada a compatibilização com o projeto arquitetônico completo e demais projetos pertinentes à obra, e atenderá todas as exigências das legislações municipal, estadual, federal e normas técnicas brasileiras, e assumo toda a responsabilidade PELA SUA EXECUÇÃO, inclusive quanto à segurança, quanto às normas relativas ao direito de vizinhança, o que inclui os afastamentos das divisas bem como demais responsabilidades decorrentes do cumprimento das legislações vigentes; 3) os COMPARTIMENTOS INTERNOS DA EDIFICAÇÃO, embora não detalhados no processo de licenciamento, serão destinados para o uso aprovado considerando sua finalidade lógica, decorrente da disposição em planta, conforme disposto no Art. 156 do Código de Posturas Municipal (Lei nº 11.095/2004).

DECLARAMOS estar cientes de em caso de OMISSÃO OU FALSA DECLARAÇÃO no projeto e documentos apresentados, RESPONDEREMOS nas esferas civil, penal e administrativa, decorrentes de eventuais prejuízos a terceiros, e ainda estar cientes de todas as sanções previstas na legislação federal, estadual e municipal, entre outras as constantes nos seguintes artigos:

- Código Penal: Artigos 184 (violação de direito autoral), 250 (incêndio), 254 (inundação), 255 (perigo de inundação), 256 (desabamento ou desmoronamento), 299 (falsidade ideológica), 317 (corrupção passiva) e 333 (corrupção ativa);
- Código Civil: Artigos 186, 187 (atos ilícitos), 618 (estabilidade da obra) e 927 (indenização);
- Leis Federais nº5.194/1966 (CREA) e nº12.378/2010 (CAU);
- Lei Municipal nº11.095/2004 (Código de Obras e Posturas);
- Código de Defesa do Consumidor.

Curitiba, ____ de ____ de ____.

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO

ASSINATURA DO AUTOR DO PROJETO

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

PARA USO DA SMU:

CONFERIDAS AS ASSINATURAS,
CONFORME LEI FEDERAL 13.726/2018:

_____/_____/_____
DATA ASSINATURA E CARIMBO

DISPENSADO O RECONHECIMENTO DE FIRMA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 13.726/2018, DESDE QUE AS ASSINATURAS ESTEJAM EM CONFORMIDADE COM O DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO APRESENTADO (ORIGINAL OU FOTOCÓPIA AUTENTICADA POR SERVIDOR MUNICIPAL OU POR CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL COMPETENTE).

TERMO DE COMPROMISSO QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DA EDIFICAÇÃO

OBS.: dispensado a apresentação deste termo para os usos de HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E HABITAÇÃO UNIFAMILIAR EM SÉRIE.

Na condição de **Autor do Projeto** DECLARO, para todos os fins, que o projeto apresentado atende a todas as exigências das legislações municipais, estaduais, federais e normas técnicas brasileiras, entre outras as citadas abaixo, quanto às condições de **ACESSIBILIDADE** da edificação:

- Leis Federais nº 10.048/2000 ,10.098/2000 e 13.146/2015
- Decreto Federal nº 5.296/2004
- NBR's nº 9.050/2015 e 16.537/2016

Na condição de **Responsável Técnico** pela execução da obra DECLARO, para todos os fins, que a obra relativa à construção, ampliação, reforma e/ou restauro da edificação será executada de acordo com o projeto aprovado, **ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE** da edificação, atendendo todas as exigências das legislações municipais, estaduais, federais e normas técnicas citadas acima.

Na condição de **Proprietário** DECLARO, para todos os fins que estou ciente quanto à necessidade de atendimento a todas as exigências das legislações municipais, estaduais, federais e normas técnicas brasileiras citadas acima quanto às condições de **ACESSIBILIDADE** da edificação.

DECLARAMOS estar cientes de em caso de **OMISSÃO OU FALSA DECLARAÇÃO** no projeto e documentos apresentados, **RESPONDEREMOS** nas esferas civil, penal e administrativa, decorrentes de eventuais prejuízos a terceiros, e ainda estar cientes de todas as sanções previstas na legislação federal, estadual e municipal, entre outras as constantes nos seguintes artigos:

- Código Penal: Artigos 184, 250, 254, 255, 256, 299, 317 e 333;
- Código Civil: Artigos 186, 187, 618 e 927;
- Leis Federais nº5.194/1966 e nº12.378/2010;
- Lei Municipal nº11.095/2004 (Código de Obras e Posturas);
- Código de Defesa do Consumidor.

Curitiba, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO

ASSINATURA DO AUTOR DO PROJETO

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

PARA USO DA SMU:

CONFERIDAS AS ASSINATURAS,
CONFORME LEI FEDERAL 13.726/2018:

_____/_____/_____
DATA ASSINATURA E CARIMBO

DISPENSADO O RECONHECIMENTO DE FIRMA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 13.726/2018, DESDE QUE AS ASSINATURAS ESTEJAM EM CONFORMIDADE COM O DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO APRESENTADO (ORIGINAL OU FOTOCÓPIA AUTENTICADA POR SERVIDOR MUNICIPAL OU POR CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL COMPETENTE).